



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

EDITAL

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais para a Escola Municipal de Música do Município de Cosmópolis.

Empresa: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Responsável por contato: _____

Declaro que obtivemos nesta data através da internet, integralmente o instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, de _____ de 2024.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo a Divisão de Suprimentos, preferencialmente pelo e-mail: compras@cosmopolis.sp.gov.br

A não remessa do recibo exime a Prefeitura do Município de Cosmópolis da responsabilidade da comunicação por e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

OBJETO:	Aquisição de Instrumentos Musicais para a Escola Municipal de Música do Município de Cosmópolis.
UNIDADE REQUERENTE:	Secretaria Municipal de Educação
INÍCIO DO CADASTRO E PROPOSTA INICIAIS:	22/11/2024 às 09:00 (<u>horário de Brasília</u>)
TÉRMINO DO CADASTRO E PROPOSTA INICIAIS:	09/12/2024 às 09:00 (<u>horário de Brasília</u>)
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO:	09/12/2024 às 09:01 (<u>horário de Brasília</u>)
REGIMENTO:	Lei Federal nº 14.133/21
FORMALIZAÇÃO DE INSTRUMENTO:	Instrumento Contratual
VIGÊNCIA:	06 (seis) meses
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor preço unitário do item
BENEFÍCIO A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06	Ampla Participação
MODO DE DISPUTA:	Aberto
RITO PROCEDIMENTAL:	Comum
VALIDADE DA PROPOSTA:	60 (sessenta) dias
PLATAFORMA ELETRÔNICA:	www.novobbmnet.com.br
PREGOEIRO(A):	Sra. Marilei Apda Lima Marsola e-mail: compras@cosmopolis.sp.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES:	Setor de Compra e Licitações, sito na Rua Ramos de Azevedo, nº 350, 3º Andar, Centro em Cosmópolis SP - Fone: (19) 3812-9860.

Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO(A) em sentido contrário.

SUMÁRIO

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO	5
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
4. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS NA PLATAFORMA ELETRÔNICA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
6. DA PROPOSTA READEQUADA	12
8. DA HABILITAÇÃO	13
9. DA FORMA DE ENVIO PROPOSTA READEQUADA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SEM ASSINATURA DIGITAL E AUTENTICAÇÃO DIGITAL	16
10. RECURSOS	16
11. DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS	17
12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	17
13. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	17
14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	17
15. DA GARANTIA	18
16. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO	18
17. DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO	19
18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	19
19. DAS SANÇÕES	20
20. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO	22
21. DISPOSIÇÕES GERAIS	23
22. DOS ANEXOS AO EDITAL	24

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O **Município de Cosmópolis**, inscrito no CNPJ nº 44.730.331/0001-52, com Paço localizado na Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis/SP, através do Prefeito Municipal, o **Sr. Antonio Claudio Felisbino Junior**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação sob o rito procedimental Comum, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme descrito neste edital e seus anexos, o qual será processado e julgado em conformidades com as Leis e Decreto, a saber:

1.1.1. Decreto Municipal nº 6.197/24;

1.1.2. Lei Federal nº 14.133/21;

1.1.3. Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14;

1.1.4. Lei Federal nº 14.063/20;

1.1.5. Lei Federal nº 12.690/12;

1.1.6. Lei Federal nº 14.063/20.

1.2. A plataforma utilizada para a sessão pública do Pregão Eletrônico adotada por este Município é a BBMNET (www.novobbmnet.com.br), de modo que o sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema.

1.3. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas	
Início	Término
Data/Horário	Data/Horário
22/11/2024 às 09h00 min	09/12/2024 às 09h00 min

Início da Sessão Pública
09/12/2024 às 09h01 min

1.3.1. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO(A) em sentido contrário.

1.4. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.5. O pregão, na forma eletrônica, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

1.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança

da contratação.

1.7. ESTE EDITAL PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NOS SEGUINTE MEIOS, A SABER:

1.7.1. Setor de Compras e Licitações, sito na Rua Ramos de Azevedo, 350, 3º Andar, Centro, Cosmópolis/SP - 13150-025, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado;

1.7.2. Site da Prefeitura do Município de Cosmópolis - www.cosmopolis.sp.gov.br;

1.7.3. Portal Nacional Compras Públicas – **PNCP**;

1.7.4. Por solicitação através do e-mail compras@cosmopolis.sp.gov.br

1.7.5. BBMNET – Bolsa Brasileira de Mercadorias, sito na Rua São Bento, 470 – 14º andar em São Paulo SP, Fone: (11) 3181-8214, WhatsApp (11) 99837-6032 e site: www.novobbmnet.com.br

1.7.5.1 O **MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS**, está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso da plataforma eletrônica, ficando a cargo do(a) licitante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes.

1.7.5.2 Qualquer dúvida em relação ao acesso a plataforma eletrônica, poderá ser esclarecida através do contato conforme item 1.7.5. supracitado.

1.8. A não remessa do Recibo de Retirada de Edital exime o Município de Cosmópolis da responsabilidade da comunicação por e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

1.9. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança em todas as suas fases através da plataforma eletrônica indicada no item 1.2 deste edital.

1.10. Os trabalhos serão conduzidos por Servidor Público do Município de Cosmópolis, denominado **PREGOEIRO(A)**.

1.11. O **PREGOEIRO(A)** poderá, no julgamento da proposta e habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Instrumentos Musicais para a Escola Municipal de Música do Município de Cosmópolis**. As especificações mínimas detalhadas do objeto deste edital constam no Termo de Referência e demais anexos deste Edital no qual fazem parte integrante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE ENQUADREM, DENTRE OUTRAS ESTABELECIDAS POR LEI, EM UMA OU MAIS SITUAÇÕES SEGUINTE:

3.1.1. Os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço <https://novobbmnet.com.br>

3.1.2. No ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.3. Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o a Município de Cosmópolis, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d) deste item. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;

b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal, social e trabalhista. As consorciadas

poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira, se o caso. Não será admitida, contudo, se o caso, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução contratual.

e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

f) As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise do Município de Cosmópolis, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

g) A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pelo Município de Cosmópolis, e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, e se o caso, a comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.

h) Se o caso, o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para habilitação econômico–financeira;

3.1.4. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa, **vedado quando não atender ao art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.**

3.1.5. Empresas licitantes optantes e enquadradas a Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14.

3.2. ESTÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE ENQUADREM, DENTRE OUTRAS ESTABELECIDAS POR LEI, EM UMA OU MAIS SITUAÇÕES SEGUINTE:

3.2.1. Que estejam cumprindo penalidade de impedimento para licitar e contratar com o **MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS** nos termos do inciso III do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

3.2.2. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do art. 156, IV da Lei Federal nº 14.133/21 e não tenha ocorrido a respectiva reabilitação.

3.2.3. De quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha

reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.2.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.12. Estrangeiras que não funcionam no País.

3.2.13. Entidades e Associações sem fins lucrativos OSC – Organização Sociedade Civil.

3.2.14. O impedimento de que trata o item 3.2.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.15. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.4 e 3.2.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.16. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.17. O disposto nos itens 3.2.4 e 3.2.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.18. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.19. A vedação de que trata o item 3.2.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

4.2 O acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma **BBMNET Licitações**.

4.3 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma **BBMNET** no menu **“Sala/Modalidades”**, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa **“Aberto para receber propostas”**.

4.3.1. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando **“enviar proposta”**.

4.3.2. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

4.3.3. O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para o recebimento das propostas, atentando também para a data e horário para início da sessão pública.

- 4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.
- 4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de propostas.
- 4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e demais anexos deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 4.12. O licitante deverá constar em sua proposta, **o valor e a descrição detalhada do objeto** ofertado de forma clara e sem abreviatura, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência e demais anexos deste Edital, sob pena de **desclassificação** do item.
- 4.12.1. A cotação de duas marcas, dois modelos ou duas procedências para o mesmo item ou opcional de modelos, marcas ou procedências, gerará a desclassificação do item.
- 4.12.2. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 4.12.3. Quando for exigido pelo(a) **PREGOEIRO(A)**, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível na plataforma eletrônica.
- 4.12.4. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** do produto ofertados. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações dos produtos neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- 4.13. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.
- 4.14. Os licitantes **NÃO** poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para licitação, sob pena de desclassificação.
- 4.15. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.15.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 4.15.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 4.15.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.15.4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 4.15.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991;
- 4.15.6. Está ciente e não se enquadra em nenhuma das hipóteses impeditivas da Lei 14.133/2021, em especial as descritas no art. 14 e art. 9º, § 1º e 2º.
- 4.16. Além do especificado no item 4.15. e subitens, deverá apresentar as declarações conforme item 7.9.5 deste edital, junto com os documentos de habilitação.
- 4.17. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.18. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.18.1. No caso de lote exclusivo para participação de Microempreendedor Individual, microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/lote;
- 4.18.2. Nos casos em que os itens/lotes em que a participação não for exclusiva para Microempreendedor Individual, microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, mesmo que Microempreendedor Individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.19. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.15 ao 4.18, como também os documentos do item 7.9.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.20. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.21. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes participantes, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.
- 4.22. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.23. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.
- 4.24. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.25. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.25.1. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A partir do horário previsto neste Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

5.1.1. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação.

5.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. **Para julgamento será adotado o critério do Menor preço unitário do item, de modo que os lances deverão ser ofertados pelo Menor preço unitário do item.**
- 5.8. Na etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa **ABERTO**.
- 5.9. A etapa de lances para cada item na sessão pública terá duração de **00h:10m (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **00h:02m (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.
- 5.9.1 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **00h:02m (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante (antes e durante a fase de lances)**.
- 5.13. No caso de desconexão com o(a) **PREGOEIRO(A)**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na forma eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) **PREGOEIRO(A)**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 5.14. Quando a desconexão do(a) **PREGOEIRO(A)** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, na forma eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, através de comunicado que será disponibilizado no chat da plataforma eletrônica.
- 5.15. O fechamento da etapa de lances ocorrerá mediante aviso emitido pela plataforma eletrônica e a sessão será automaticamente encerrada.
- 5.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) **PREGOEIRO(A)** acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 5.19. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará ao microempreendedor Individual, microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 5.20. Nessas condições, as propostas de microempreendedor Individual, microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.22. Caso o microempreendedor individual, microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempreendedor Individual, microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.23. Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado Microempreendedor Individual, microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.24. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.24.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.24.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

5.24.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.24.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.

5.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.25.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.25.2 empresas brasileiras;

5.25.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) **PREGOEIRO(A)** examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) **PREGOEIRO(A)** poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.29. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para Contratação.

5.30. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;

b) **que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação antes e durante a fase de lances;**

c) estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente.

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, apresentada no prazo de **02h:00m (duas horas), sob pena de desclassificação;**

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

f) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.30.1. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

5.30.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.30.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.31. Em contratação de SERVIÇOS DE ENGENHARIA, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.31.1. No caso de serviços de engenharia serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.31.2. Se exigido garantia, será requisitado garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.32. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, conforme alínea "d" do item 5.30 deste edital, sob pena de não aceitação da proposta.

5.34. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior.

5.35. erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta observado os itens subsequentes. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.35.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.35.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6. DA PROPOSTA READEQUADA

6.1. O(a) **PREGOEIRO (A)** solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que **no prazo máximo de até 02h:00m**, adeque no sistema os valores unitário(os) e total, como também, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada devidamente assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil e ou documento de constituição da empresa e documento de seu representante e ou procurador, nos termos da Lei, em campo próprio do sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

6.2. A proposta como o valor readequado deve ser elaborada conforme modelo de formulário de proposta (ANEXO III), redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e a assinatura do responsável.

6.3. A **proposta readequada** deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação e assinada ao final por quem de direito, devendo conter, obrigatoriamente:

a) **relação dos itens da licitação**, devidamente preenchida, contendo preços unitários e totais para cada um dos produtos e/ou serviços ofertados, contendo no final o valor total da proposta, **com aproximação de no máximo duas (2) casas decimais**;

b) prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão; e,

c) se exigido a indicação de marca e modelo dos produtos ofertados ou a procedência, se possível quando não exigido, anexar catálogos, folder e ou prospectos do item ofertado.

6.4. Os preços propostos deverão incluir taxas ou despesas adicionais tais como transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.

6.5. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, nestes incluídos todos os custos necessários à prestação do objeto licitado na forma estabelecida no contrato, incluindo todos os serviços, tributos incidentes, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do(a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A omissão da condição prevista acima implicará na desclassificação da proposta. A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

6.7. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

6.8. O(A) PREGOEIRO(A) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a Contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.8.1. Certidão de apenados de impedimento de Contrato/Licitações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>

6.8.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a qual já inclui, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP <https://certidoes.cgu.gov.br/>

6.8.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form

6.8.4. Cadastro de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2::NO:2::>

6.8.5. O não cumprimento das condições de participação, acarretará a desclassificação do licitante, bem como nas sanções previstas neste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de negociação e considerada aceitável a oferta de menor valor através da proposta readequada, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, o comando para Inserção dos documentos de Habilitação, conforme a íntegra do presente item (Item 7).

7.1.1. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02h:00m (duas) horas, a contar do disparo da mensagem do(a) PREGOEIRO(a) para inserção dos documentos no sistema, sujeito a inabilitação, caso não faça no tempo determinado.

7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às MEI/ME/EPPs, o(a) **PREGOEIRO(A)** obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

7.3 A verificação pelo(a) **PREGOEIRO(A)**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova de validação de documentos, para fins de habilitação.

7.4 Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado.

7.5. Os documentos apresentados sem assinatura digital e autenticação digital da empresa vencedora deverão ser encaminhados na forma conforme itens 8 e 10 deste edital.

7.6. Os documentos relativos à habilitação, que não possuem prazo de validade, deverão ter sido expedidos no máximo com antecedência de 90 (noventa) dias.

7.7. Nos casos de consórcio os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme o item 3.1.3 deste edital, na forma que preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos

pela legislação.

7.9. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do presente **PREGÃO** são os seguintes:

7.9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.690/12;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

7.9.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal todas do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
 - c.1) prova de regularidade para com a Fazenda FEDERAL relativa aos Tributos Federais e a débitos inscritos em Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - c.2) Prova de regularidade para com a Fazenda ESTADUAL, relativo aos Tributos Estaduais **inscritos em Dívida Ativa**, expedida pela Procuradoria da Fazenda Estadual;
 - c.3) Prova de regularidade para com a Fazenda MUNICIPAL, relativo aos Tributos Municipais **inscritos em Dívida Ativa, (Certidão Negativa de débitos referentes a Tributos Mobiliários)**, expedida pelo Município;
 - c.4) No caso da certidão de Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal ter sido emitida antes de 03 de novembro de 2014, a licitante deverá ainda apresentar prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa ou da CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (Lei Federal nº 8.212/91).
- d) Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei Federal nº 9.012/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- e) Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- f) Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas vigentes.

7.9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, por meio da apresentação de ATESTADO(S) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já executou,

satisfatoriamente, serviços iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, independente de quantitativo.

a.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome do licitante, se possível acompanhado da emissão da Nota Fiscal.

a.2. Caso a empresa vencedora do certame não apresente a devida nota fiscal referente a comprovação de aptidão, o(a) **PREGOEIRO(A)** se entender necessário, poderá realizar durante a sessão a diligência para constatação da sua autenticidade.

7.9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante, com data de emissão de no máximo, 90 (noventa) dias.

a1) Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, nos termos da **Súmula 50** do Tribunal de Constas do Estado de São Paulo, mediante apresentação de certidão de concessão de recuperação judicial. Caso a empresa em Recuperação Judicial apresente certidão positiva, se faz necessário que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no edital.

7.9.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

a) Declaração de que a(o) proponente cumpre os requisitos de habilitação, assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei (**conforme modelo – ANEXO IV**), artigo 67, VI, Lei Federal nº 14.133/21;

b) Declaração que o(a) proponente cumpre integralmente a norma contida na Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXXIII, assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei (**conforme modelo – ANEXO V**) – artigo 68, VI, Lei nº 14.133/21;

c) Termo de opção e declaração para microempresa e empresa de pequeno porte assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil em observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21, caso o(a) proponente pretenda usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14. (**conforme modelo – ANEXO VI**)

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21. (**conforme modelo – ANEXO VII**)

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da apresentação das propostas, conforme disposto §1º, artigo 63, Lei Federal nº 14.133/21. (**conforme modelo – ANEXO VIII**)

f) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa como também, que não foi declarado inidôneo para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas. - (**conforme modelo – ANEXO IX**)

7.10. DA REGULARIDADE FISCAL DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:

7.10.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.10.2. Caso a documentação apresentada pela microempresa, empresa de pequeno porte ou

microempreendedores individuais contenha alguma restrição relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.10.2.1. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal, social e trabalhista fica concedido um prazo de **05 (cinco) dias úteis** à microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo(a) **PREGOEIRO(A)**.

7.10.2.2. A não regularização fiscal, social e trabalhista no prazo estabelecido no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no inciso I do parágrafo 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.11. DEMAIS INFORMAÇÕES RELATIVAS À HABILITAÇÃO:

7.11.1. Se a(o) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11.2. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas – artigo 64, I e II, Lei Federal nº 14.133/21;

7.11.3. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o(a) **PREGOEIRO(A)** considerará a proponente HABILITADA.

8. DA FORMA DE ENVIO PROPOSTA READEQUADA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SEM ASSINATURA DIGITAL E AUTENTICAÇÃO DIGITAL

8.1 Os documentos inseridos na plataforma eletrônica relativos à habilitação e Proposta Readequada sem assinatura digital e autenticação digital da empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas em cartório competente no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, improrrogável, contados da data da solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), no seguinte endereço, a saber:

8.1.1. Setor de Compras e Licitações, localizado na Rua Ramos de Azevedo nº 350, 3ºAndar, Centro em Cosmópolis/SP - CEP: 13.150-025.

8.1.2 A municipalidade não se responsabilizará pelos documentos enviados pelo correio.

8.2 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e proposta na íntegra dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o (a) **PREGOEIRO(A)** convocar a empresa licitante classificada em 2º (segundo) lugar ou até mesmo os lances subsequentes sucessivamente até a aceitação do lance.

8.3 A documentação para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

9. RECURSOS

9.1. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

9.2. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) **PREGOEIRO(A)** poderá fazê-lo no **prazo de 30 (trinta) minutos**, através do seu representante, manifestando sua intenção na plataforma eletrônica com a devida motivação, sendo-lhes concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de razões, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer no prazo concedido na plataforma eletrônica importará a preclusão do direito de recurso.

9.4. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o(a) **PREGOEIRO(A)** examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informados, à autoridade competente para decisão.

9.5. O recurso dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

9.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

9.8. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser obrigatoriamente inseridas na plataforma eletrônica (www.novobbmnet.com.br)

9.9. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/21.

10. DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

10.1. Os documentos que se fizerem necessários à apresentação de cópia serão aceitos nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Cópia autenticada em cartório competente;

10.1.2. Cópia com autenticação digital (via impressa) com a Declaração de Serviço de Autenticação Digital;

10.1.3. Autenticação feita pelo(a) **PREGOEIRO(A)** ou por servidor integrante da equipe de apoio do Município de Cosmópolis, com a apresentação do original, podendo ser efetuada em horário expediente, na Divisão de Suprimentos, situada na Rua Ramos de Azevedo nº 350, 3º andar, Centro em Cosmópolis SP, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

10.2. Em hipótese alguma serão aceitos documentos autenticados de maneira diversa ao supracitado.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2. Após a homologação do processo licitatório, será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como a devida publicação do Extrato no Semanário Eletrônico Municipal.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1. As despesas decorrentes correrão por conta das Dotações Orçamentárias dos Elementos relativos ao exercício de 2024, a saber:

010902.1236100052.067.3390300000.1-01152

010902.1236100052.067.4490520000.1-01153

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. As obrigações decorrentes deste Pregão consubstanciar-se-ão através do instrumento contratual, cuja minuta consta do **ANEXO X** deste Edital.

13.2. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, após a assinatura

13.3.4. Considera-se data-base do orçamento estimado, para efeito de reajuste, a data da planilha de cotação

de preços para compras/contratações, ou caso, do último orçamento coletado.

13.4. Nesta Licitação, a data-base vinculada a dos orçamentos estimados: é o dia 27 de agosto de 2024.

13.5. DA ASSINATURA DO CONTRATO

13.5.1. O(s) licitante(s) vencedor(es) do certame deverá(ão) assinar o contrato no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária via e-mail.

13.5.1.1. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

13.5.2. O Contrato poderá ser assinado digitalmente, através de assinatura digital certificada na forma da Lei Federal nº 14.063/20.

13.5.3. A recusa injustificada de assinar o Contrato ou aceitar/retirar o(s) instrumento(s) equivalente(s) dele decorrente(s), observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas no item DAS SANÇÕES e subitens.

13.5.4. Também para assinatura do(s) o(s) contrato(s) ou para a retirada da(s) Nota(s) de Empenho(s), a(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

13.5.5 **Na assinatura do contrato deverá o representante da licitante que assinará apresentar a Declaração de Atualização Cadastral (CadTCESP), conforme manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.**

13.6. DA DIVULGAÇÃO

14.6.1. O Contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizado e será publicado o devido extrato no Semanário Eletrônico Municipal.

14. DA GARANTIA

14.1. Não será exigida a prestação de garantia de participação no presente certame.

15. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

15.1. A execução do(s) objeto(s) será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

15.2. A execução do(s) objeto(s) da contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, gestor e Secretário(a) da Pasta, pela **CONTRATANTE**, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme item 17.10.

15.3. A fiscalização do Contrato e a Gestão do Contrato será exercida:

15.3.1 Sr. Rafael Belling Rocha, Coordenador de Música – Fiscal - CPF: 108.559.647-82, e a Gestão do Contrato Sra. Isabel Cristina da Silva, Secretária de Educação - CPF: 272.732.648-30.

15.4. A entrega deverá ser no prazo estabelecido abaixo de forma única após a emissão da autorização de fornecimento, enviada pela Secretaria responsável:

15.4.1. Os objetos deverão ser entregues no prazo e no seguinte endereço a saber:

15.4.1.1. A entrega deverá ser em até 50(dias) corridos

15.4.1.2. Endereço: Escola Municipal de Música Villa Lobos - Rua Dr. Moacir do Amaral, nº 15 B, Jardim Bela Vista, Cosmópolis/SP - CEP: 13152-084 – telefone: (19) 3812-1534 – e-mail musica.cosmopolis@gmail.com , Horário de entrega de Segunda-Feira a Sexta-Feira, exceto feriados e ponto facultativo das 08:00h às 17:00h.

15.5. O recebimento e aceite do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital, verificadas

posteriormente.

15.6. O objeto será recebido conforme as disposições do art.140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

16. DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

16.1. O(s) item(ns) será(ão) recebido(s) provisoriamente para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com o instrumento contratual pactuado, podendo, o **CONTRATANTE**, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da **CONTRATADA**.

16.2. Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização.

16.3. Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de até 03 (três) dias, inclusive, após o recebimento provisório, o **CONTRATANTE** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.

16.4. O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **CONTRATADA** o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pelo **CONTRATANTE** sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista neste item.

16.5. O uso pelo **CONTRATANTE** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.

16.6. A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupções tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

16.7. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **CONTRATADA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar o **CONTRATANTE**, tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta de que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

16.8. O **CONTRATANTE** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e dar outras providências para perfeita execução, arcando a **CONTRATADA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora e gestora do Município.

16.9. O recebimento pelo **CONTRATANTE**, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o cumprimento do objeto, após o recebimento provisório e definitivo ambos atestados pelo fiscal, gestor e Secretário(a) da Pasta.

17.1.1. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

17.1.2. No documento fiscal/fatura deverá constar o número do Processo Administrativo, número do Pregão e número do Contrato, sob pena da devolução do documento, que após será encaminhado à Secretaria Responsável, que, após processá-lo, procederá ao pagamento da mesma.

17.1.3. A **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

17.1.4. Caso ocorra à necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

17.2. Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades do Contrato, nem implicarão na aceitação do objeto.

17.3. Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

17.4. Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

17.5. Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislações vigentes.

17.6. Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços/entrega do objeto (se for o caso).

17.7. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA**.

17.8. O **CONTRATANTE** pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à **CONTRATADA**, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

17.9. A Fiscalização do **CONTRATANTE** somente atestará a prestação do(s) objeto(s) e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

17.10. Juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, a **CONTRATADA** deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, conforme exigido no presente.

17.11. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da **CONTRATADA**, esta terá direito à correção monetária *pró-rata die*, pelo índice IPCA (IBGE), entre a data da exigibilidade do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, desde que requerido administrativamente pela **CONTRATADA** em até 10 (dez) dias corridos do efetivo pagamento.

18. DAS SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21 o **LICITANTE** ou a **CONTRATADA** que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura do Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

18.2. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o Contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 18.3.

18.3. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, o Contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar, mediante a instauração do devido processo administrativo, as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da **CONTRATADA**;
- d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.4. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” do item 18.3 observará os seguintes parâmetros:

18.4.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na prestação do objeto, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de prestação em atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.4.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso da prestação do objeto por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

18.4.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da **CONTRATADA**;

18.4.4. se o caso, 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o **CONTRATANTE** a promover a rescisão do Contrato.

18.4.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- a natureza e a gravidade da infração cometida;

II- as peculiaridades do caso concreto;

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo instaurado, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, observadas as demais formalidades legais.

18.7. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 18.3 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

18.8. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 18.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos a **CONTRATADA** mediante requerimento expresso nesse sentido.

18.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia (se o caso), que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

18.11. A aplicação das sanções previstas no item 18.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para

facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. 18.13. A aplicação das sanções estabelecidas neste edital é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

19. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO

19.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, nos termos do art. 164, caput, da Lei Federal 14.133/21.

19.2. A pretensão referida no subitem "19.1" será formalizada por meio de requerimento endereçado ao setor de compras e licitações (**PREGOEIRO(A)**), o qual deverá ser encaminhado através da plataforma eletrônica de pregão (vide item 1.7.5) tempestivamente.

19.3. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

19.4. **O(A) PREGOEIRO(A)** responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, parágrafo único, da Lei Federal 14.133/21, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos anexos deste edital. As respostas aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas pelo sistema, e vincularão os participantes e a Administração.

19.5. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, nos termos do art. 164, caput, da Lei Federal 14.133/21.

19.6. As impugnações poderão ser endereçadas ao Setor de Compras e Licitações (**PREGOEIRO (A)**), o qual deverá ser encaminhado através da plataforma eletrônica de pregão (vide item 1.7.5.) tempestivamente.

19.6.1. No ato de apresentação da impugnação é obrigatório anexar na plataforma eletrônica a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante, juntamente com o documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

19.7. Caberá ao(a) **PREGOEIRO(A) e/ou a AUTORIDADE SUPERIOR**, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração dos anexos deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, devendo a respectiva decisão ser divulgada no sistema e juntada aos autos do Pregão.

19.8. O acolhimento da impugnação, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do **PREGÃO**, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), redundará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a(s) alteração(ões) no edital não afetar(em) a formulação das propostas.

19.9. A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nas Disposições Preliminares deste Edital, no mesmo horário e local, **salvo quando houver designação expressa de outra data pelo(a) PREGOEIRO(A)**.

19.10. As impugnações e os esclarecimentos não serão conhecidos quando apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pelo proponente.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e da contratação.

20.2. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação será de no mínimo de 08(oito) dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

20.2.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

20.3. Ao **PREGOEIRO(A)** ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de **DILIGÊNCIA** destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

20.3.1. A diligência a que se refere o item anterior pode até mesmo implicar a apresentação de amostra, mesmo que não previsto anteriormente do objeto cotado, ou, a critério do **PREGOEIRO(A)**, a verificação do objeto no local indicado pelo Município.

20.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar/anular a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

20.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação.

20.6. A(O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

20.7. A(O) proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

20.8. A adjudicação do(s) item(ns) ou lote(s) deste PREGÃO não implicará em direito a Contratação.

20.9. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(o)(s) proponente(s) adjudicatária(o)(s), farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

20.10. Os casos omissos neste EDITAL serão solucionados pelo **PREGOEIRO(A)**, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

20.11. As empresas licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação/revogação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

20.12. A empresa licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação da empresa licitante sob pena das sanções cabíveis.

20.13. Os documentos necessários para participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes às propostas e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil. (Língua Portuguesa).

20.13.1. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentado em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a firma do emitente de tais documentos além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

20.14. No caso de alteração deste edital no curso do prazo estabelecido para a realização do pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.

20.15. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. 20.16. A participação nesta Licitação implica o reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente Edital, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina a presente Licitação e integrará o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

20.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

20.18. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, será competente exclusivamente o Foro da Comarca de Cosmópolis.

21. DOS ANEXOS AO EDITAL

21.1. Segue anexos ao presente Edital como parte integrante, a saber:

- a) ETP – Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I);
- b) Termo de Referência (ANEXO II);
- c) Modelo de Proposta de Preços (ANEXO III);
- d) Modelo de Declaração de que a(o) proponente cumpre os requisitos de habilitação (ANEXO IV);
- e) Modelo de Declaração do art. 7º da C.F (ANEXO V);
- f) Modelo de Termo de Opção enquadramento MEI, ME e EPP (ANEXO VI);
- g) Modelo de Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 (ANEXO VII);
- h) Declaração de Cumprimento dos Direitos Trabalhistas (ANEXO VIII)
- i) Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos (ANEXO IX)
- j) Minuta do Contrato (ANEXO X);
- k) Termo de Ciência e Notificação ao Tribunal de Contas (ANEXO XI);

Cosmópolis/SP, em 21 de novembro de 2024.

Sr. Antonio Claudio Felisbino Junior
Prefeito Municipal

ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

ETP - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

1. Introdução

Este estudo técnico preliminar tem como objetivo, estabelecer especificações técnicas e as condições para a aquisição de Instrumentos Musicais destinados à Escola Municipal de Música Heitor Villa Lobos em conformidade com a Lei 14133/2021.

2. Descrição da Necessidade

2.1. Justifica – se a aquisição de instrumentos musicais para a Escola Municipal de Música Heitor Villa-Lobos.

Considerando:

- 1) Que a última compra de instrumentos musicais feita para o então Projeto Villa-Musical aconteceu no ano de 2016, e que, desde então, pouquíssimos materiais foram reparados ou substituídos;
- 2) Que, em função da falta de manutenção e da carência de materiais para trabalho a grande maioria dos instrumentos musicais que pertencem a escola estão em processo de deterioração ou grave processo de deterioração;
- 3) Que a Escola de Música atende centenas de alunos de diferentes partes da cidade em mais de 20 modalidade diferentes e que, portanto, precisa oferecer uma estrutura mínima para as aulas;
- 4) Que, conforme determina o Art. 6 da Lei N. 4.428 de fevereiro de 2024, o Poder executivo deve consignar em seu orçamento verbas destinadas para a garantia das atividades da Escola Municipal de Música;
- 5) Que no ano de 2024 a Villa-Musical completa 15 anos de aniversário, com presença ativa na Educação e Cultura do município de Cosmópolis.

3. Alinhamento com o PAC: Art. 18, § 1º. Inc II da Lei 14.133/2021

3.1. Embora o “objeto” não esteja previsto no plano de contratação anual 2024, a atividade atende a demanda incrementada pelo município na unidade atende centenas de alunos de diferentes partes da cidade em mais de 20 modalidade diferentes e que, portanto, precisa oferecer uma estrutura mínima para as aulas.

4. Requisitos da contratação: Art 18, § 1º. Inc III da Lei 14.133/2021

(Art. 18, § 1º, Inciso III da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Qualidade e Conformidade Técnica

- **Normas e Padrões:** Todos os instrumentos musicais adquiridos devem estar em conformidade com as normas técnicas e padrões nacionais ou internacionais aplicáveis. Isso inclui, mas não se limita a, normas de fabricação, segurança e desempenho dos instrumentos.
- **Certificações:** Sempre que aplicável, os instrumentos devem possuir certificações de qualidade emitidas por órgãos competentes, garantindo que os produtos atendem aos requisitos de segurança e performance exigidos.

4.2. Desempenho

- **Precisão Musical:** Os instrumentos devem oferecer alta precisão na afinação e estabilidade, permitindo a execução musical de acordo com os padrões pedagógicos da Escola Municipal de Música Villa-Lobos.
- **Durabilidade:** A resistência e durabilidade dos instrumentos devem ser adequadas ao uso contínuo em ambiente escolar, considerando o manuseio por alunos de diferentes faixas etárias e níveis de habilidade.
- **Fidelidade Sonora:** A qualidade sonora dos instrumentos deve ser adequada ao ensino musical, garantindo que os sons produzidos sejam claros, precisos e fiéis ao esperado para cada tipo de instrumento.

4.3. Condições de Atendimento e Garantia

- **Garantia:** Os instrumentos devem possuir garantia mínima de [período], que cubra defeitos de fabricação e problemas técnicos. A garantia deve incluir suporte técnico especializado e a substituição ou reparo dos instrumentos, conforme necessário.
- **Assistência Técnica:** Deve haver disponibilidade de assistência técnica local ou regional, com tempo de resposta adequado, para garantir a manutenção e reparo dos instrumentos dentro do prazo de garantia.

4.4. Segurança

- **Ergonomia:** Os instrumentos devem ser ergonomicamente projetados para garantir o conforto e a segurança dos usuários durante a prática musical, minimizando o risco de lesões ou desconfortos.
- **Materiais:** Os materiais utilizados na fabricação dos instrumentos não devem apresentar riscos à saúde, sendo livres de substâncias tóxicas ou alérgicas, conforme as normas aplicáveis.

4.5. Sustentabilidade e Impacto Ambiental

- **Materiais Sustentáveis:** Sempre que possível, os instrumentos devem ser fabricados com materiais sustentáveis, respeitando práticas ambientais responsáveis.
- **Embalagem:** A embalagem dos instrumentos deve ser reciclável e adequada para proteção durante o transporte, evitando danos ao produto.

5. Condições de Entrega

5.1. Prazo de Entrega: Os instrumentos devem ser entregues dentro do prazo estipulado no contrato, garantindo o cumprimento do cronograma pedagógico da Escola Municipal de Música Villa-Lobos.

5.2. Inspeção e Teste: Após a entrega, os instrumentos serão submetidos a inspeção e teste para verificar a conformidade com os requisitos especificados. Somente após a aprovação nesses testes os instrumentos serão aceitos.

6. Custo-Benefício

6.1. Avaliação de Propostas: A seleção dos fornecedores será baseada em uma análise criteriosa das propostas, considerando a melhor relação custo-benefício, a qualidade dos instrumentos oferecidos, a garantia e as condições de entrega.

6.2. Esses requisitos visam assegurar que a aquisição dos instrumentos musicais atenda plenamente às necessidades pedagógicas da Escola Municipal de Música Villa-Lobos, garantindo qualidade, segurança e eficiência no uso dos recursos públicos conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades:

Item	Qtde.	DESCRIÇÃO
1	04	Suporte teclado tipo torre para piano; Suporte tipo <i>Stay torre</i> de alumínio com uma base. 01 base reta + 01 par de braços/longarinas + 3 pés + bag para transporte. Altura de 1200 mm com capacidade para piano digital de 88 teclas e 120 kg de cor cinza/prata ou preto com capacidade para 1 piano.
2	06	Bag para piano digital de 88 teclas, em tecido e acolchoado.
3	02	Piano digital preto com 88 teclas + fonte + Pedal. Piano com as seguintes especificações: entrada DC 12 V, 1 X Headfones Standerd, alto-falantes de 12 cm X 8 cm, consumo de energia 6 W, com dimensões de 132,6 X 26,8 cm e peso de 11,1 kg.
4	02	Violoncelo de madeira maciça (Solid Spruce) + BAG + ARCO + BREU. Tamanho $\frac{3}{4}$.
5	02	Violoncelo de madeira maciça (Solid Spruce) + BAG + ARCO + BREU. Tamanho $\frac{4}{4}$.
6	02	Violoncelo infantil de madeira ou similar (Solid Spruce) + bag + arco + breu. Tamanho $\frac{1}{2}$.
7	01	Viola Clássica; Viola de arco de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante. 38 cm.
8	04	Violino $\frac{3}{4}$; de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.
9	04	Violino $\frac{4}{4}$; de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.
10	06	Violino $\frac{1}{2}$; de madeira maciça ou similar com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.
11	06	Violino $\frac{1}{4}$; de madeira maciça ou similar com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.
12	50	Jogo com 4 cordas (encordoamento para Violino) (MI, Lá, Ré, Sol) com aço alemão e núcleo sintético com acabamento de bolinha, tubo ou laço.
13	10	Jogo (encordoamento para Violoncelo); com 4 cordas, tensão média, calibre 0.68mm.
14	02	Jogo (encordoamento) para Contrabaixo Acústico; com 4 cordas, tensão média, com núcleo em aço.
15	02	Jogo com 7 bags para bateria; com capacidade de proteção para tons, caixa, surdo, bumbo, pratos e ferragem. Bag impermeável, resistente em cor cinza ou preta.
16	03	Caixa de som portátil estilo mãos-livres (portátil) de 35 centímetros, com alto-falando Tweeter, com potência de 100W. Com conexão Bluetooth e bateria recarregável.
17	02	Flauta Transversal com acabamento banhado a prata com pé e dó 16 chaves, em metal. Chaves em estilo francês com os seguintes acessórios: estojo, saco, produtos de cuidado e vara de limpeza.
18	01	Saxofone alto em Mib, dourado com acabamento laqueado, em material latão, com braçadeiras em metal com 70cm X 25 cm (altura x largura), campana removível, sib. grave articulado, chave de fa# agudo + bag protetor.
19	01	Saxofone Tenor em Bb, dourado com acabamento dourado com chaves niqueladas e ônix, em material latão, com braçadeiras em metal, apoio de polegar regulável, parafusos em aço inox, sib. grave articulado, chave de fa# agudo + bag protetor.
20	01	Fagote em madeira bordô, com chaves banhadas a prata com afinação Dó, sistema alemão, com 23 chaves e recursos de ré e mi agudos + bag protetor.

21	02	Clarinete em Si bemol com 17 chaves Niqueladas e 6 anéis. Apoio de polegar ajustável, em cor Matte Resina ABS com dimensões e barrilete de 65mm + boquilha + estojo protetor.
22	10	Caixa de Palhetas para Sax Tenor N. 3 em cana/bambu modelo Java.
23	10	Caixa de Palhetas para Sax Alto N. 3 em cana/bambu modelo Java.
24	10	Caixa de Palheta para Clarinete N. 3 em cana/bambu modelo Java Clarinete.
25	120	Pasta Catálogo A4 para Partitura em cor preta com capa dura e capacidade de 40 bolsos.
26	02	Trompa dourada afinação Fa/Bb; em Fa/Si Bemol com protetor de mão em couro, com acabamento laqueado, calibre de 12 mm, campana de 310 mm e rotores de 4 válvulas + boquilha + bag protetor.
27	02	Guitarra elétrica com 6 cordas e 22 trastes. Incluindo microfone humbucker, controle de chave seletora e captadores. Em madeira e com ponte fixa.
28	06	Violão elétrico em madeira com cordas em Nylon com 6 cordas de tampo spruce com corpo e braço em Tonewood e a escala em Rosewood, com tarraxas blindadas, tipo Folk + Bag protetor.
29	06	Violão elétrico com cordas de nylon em madeira mogno ou louro-preto. Braço de cedro, com tensor escala purple heart, com 6 cordas, 1 saída conectora e 20 trastes com cromo níquel + Bag protetor.
30	06	Guitalelê destro, corda de NYLON e escala de 433 mm (17 pol). Com altura de 7 cm, comprimento de 69.8cm, Largura de 22.9 cm. Acústico com acabamento fosco, 6 cordas + Bag protetor.
31	42	Jogo de Corda (encordamento) para violoncelo; Cordas de nylon de tensão média, calibre 0,68mm, com som brilhante.
32	20	Jogo de corda (encordamento) para Violão Aço; Cordas de Aço de tensão média com som brilhante - Contrabaixo
33	10	Xilofone tipo Orff Soprano (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes dimensões: 60 x 23,5 x 12cm (altura, largura e profundidade).
34	06	Xilofone tipo Orff Contralto (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes dimensões: 64,5 x 31 x 21 cm (altura, largura e profundidade).
35	15	Caxixi com dimensões 13 x 7 cm (altu X largura).
36	15	Campanela com Guizzo com haste de madeira com 21 guizos reforçados. Comprimento total de 26 cm, largura de 6.5 cm.
37	80	Estante de Partitura para Maestro de metal para regente com tripé com regulagem de altura com medidas 40x47 cm. Altura máxima 130cm e mínima 56cm. cor preta.
38	02	Teclado portátil estilo piano de 61 teclas com as seguintes dimensões: 1.052 x 260 x 104 mm com FONTE + Pedal + bag protetor
39	02	Xilofone tipo Orff Baixo (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes dimensões: 87,6 x 41,5 x 41 cm (altura, largura e profundidade).

8. Levantamento de Mercado: Art. 18, § 1º. Inc. IV da Lei 14.133/2021

Para o levantamento de valores e pesquisa de preços que embasarão a promoção de certame licitatório aqui descrito, será utilizada a pesquisa nas opções compatíveis nos portais de acesso a banco de preços disponibilizados pelo Governo Federal e direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação via e-mail institucional da Secretaria Municipal de Educação. O critério de escolha dos fornecedores foi realizado junto ao âmbito do objeto do presente Termo de Referência.

9. Descrição da solução como um todo: Art. 18, § 1º. Inc VI da Lei 14.133/2021

9.1. A Escola Municipal de Música Heitor Villa-Lobos é um importante centro de formação musical na cidade de Cosmópolis, oferecendo educação musical a estudantes de diferentes idades e níveis de habilidade. Para assegurar a continuidade e a qualidade do ensino, é essencial que os instrumentos musicais utilizados estejam em excelentes condições, adequados às necessidades pedagógicas e operacionais da escola. A solução proposta abrange a aquisição de novos instrumentos musicais que atenderão às demandas educacionais, garantindo um ambiente de aprendizado eficaz e sustentável.

9.2. Solução Proposta

9.2.1. A solução proposta consiste na aquisição de um conjunto diversificado de instrumentos musicais, que serão utilizados para ensino, prática e apresentações dos alunos da Escola Municipal de Música Villa-Lobos. A seleção dos instrumentos foi baseada em critérios técnicos, pedagógicos e de custo-benefício, visando atender às diferentes modalidades de ensino musical oferecidas pela escola.

9.3. Itens Inclusos na Aquisição

9.3.1. A solução contempla a compra de instrumentos musicais que englobam diferentes famílias instrumentais, incluindo:

- **Instrumentos de Corda:** Violões, violinos, violoncelos, contrabaixos.
- **Instrumentos de Sopro:** Flautas doces, saxofones, clarinetes, trompetes.
- **Instrumentos de Tecla:** Pianos digitais, teclados eletrônicos.
- **Instrumentos de Percussão:** Baterias, tambores, cajons, xilofones.
- **Outros Instrumentos:** Instrumentos específicos conforme as necessidades pedagógicas, como harpas, violas caipiras, entre outros.

9.3.2. Cada instrumento foi selecionado considerando a sua aplicabilidade no ambiente educacional, a durabilidade e a facilidade de manutenção, garantindo que a escola esteja equipada para oferecer uma educação musical de alta qualidade.

9.4. Benefícios da Solução

9.4.1. A aquisição dos novos instrumentos musicais proporcionará diversos benefícios à Escola Municipal de Heitor Música Villa-Lobos:

- **Qualidade de Ensino:** Instrumentos de qualidade superior facilitarão o aprendizado e a prática musical, contribuindo para o desenvolvimento técnico e artístico dos alunos.
- **Ampliação da Oferta Educacional:** A diversidade de instrumentos permitirá a inclusão de novos cursos e o enriquecimento do currículo musical oferecido pela escola.
- **Melhoria das Condições de Trabalho:** Professores e alunos contarão com instrumentos em perfeitas condições, o que favorecerá o ambiente de ensino e aprendizagem.
- **Aumento da Capacidade de Atendimento:** Com mais instrumentos disponíveis, a escola poderá atender um maior número de alunos, democratizando o acesso à educação musical.

10. Implantação e Sustentabilidade

10.1. A implementação da solução será realizada em etapas, iniciando-se pela aquisição e entrega dos instrumentos, seguida de uma fase de testes e ajustes, garantindo que todos os instrumentos estejam plenamente funcionais antes de serem disponibilizados para os alunos.

10.2. A solução proposta também inclui considerações sobre a sustentabilidade, com a escolha de instrumentos fabricados com materiais ecologicamente responsáveis e embalagens recicláveis. Além disso, a manutenção preventiva será estabelecida para prolongar a vida útil dos instrumentos, otimizando o investimento realizado.

11. Conformidade Legal e Normativa

A solução está em conformidade com as disposições legais e normativas aplicáveis, incluindo as especificações técnicas, de qualidade e de segurança exigidas pela legislação brasileira. Todo o processo de

aquisição será conduzido de acordo com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

12. Justificativa para o parcelamento ou não da solução: Art. 18, § 1º. Inc VIII da Lei 14.133/2021

12.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do artigo 40 da lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda não será parcelada, haja vista que os instrumentos serão utilizados de forma única na unidade escolar.

13. Demonstração dos Resultados Pretendidos: Art. 18, § 1º. Inc IX da Lei 14.133/2021

1. Melhoria na Qualidade do Ensino Musical: A aquisição de novos instrumentos musicais proporcionará uma melhoria significativa na qualidade do ensino musical oferecido pela Escola Municipal de Música Villa-Lobos. Com instrumentos modernos e de alta qualidade, os alunos poderão desenvolver suas habilidades musicais em um ambiente mais adequado e profissional. Espera-se que a precisão e a sonoridade dos novos instrumentos facilitem o aprendizado, possibilitando um progresso técnico mais rápido e eficiente.

2. Aumento da Capacidade de Atendimento

Com a aquisição dos instrumentos, a escola poderá ampliar sua capacidade de atendimento, oferecendo cursos para um maior número de alunos. A disponibilidade de instrumentos adicionais permitirá a formação de novas turmas, atendendo à crescente demanda por educação musical na cidade de Cosmópolis. A meta é aumentar o número de alunos atendidos em pelo menos 20% nos próximos dois anos.

3. Diversificação das Modalidades de Ensino

A inclusão de uma variedade maior de instrumentos permitirá a diversificação das modalidades de ensino oferecidas pela escola. Com novos instrumentos de diferentes famílias (cordas, sopros, teclas, percussão), a Escola Municipal de Música Villa-Lobos poderá introduzir novos cursos e expandir o repertório musical dos alunos. Este incremento curricular está alinhado com o objetivo de promover uma formação musical mais abrangente e rica.

4. Aumento da Participação em Apresentações e Eventos Culturais

A melhoria dos instrumentos musicais permitirá que a escola e seus alunos participem de maneira mais ativa e competitiva em apresentações, concertos e eventos culturais tanto em Cosmópolis quanto em outras cidades. A expectativa é que a escola se torne um polo cultural reconhecido, aumentando a frequência e a qualidade das apresentações públicas realizadas. Isso contribuirá para a visibilidade da escola e para o fortalecimento da cultura local.

5. Valorização e Motivação dos Alunos e Professores

A introdução de novos instrumentos de alta qualidade tende a aumentar a motivação dos alunos, proporcionando uma experiência de aprendizado mais prazerosa e gratificante. Além disso, os professores terão melhores condições de trabalho, o que pode refletir positivamente na didática e na interação com os alunos. A valorização dos recursos disponíveis eleva o prestígio da escola, tornando-a mais atrativa para novos estudantes e docentes.

6. Sustentabilidade e Eficiência na Gestão de Recursos

A escolha de instrumentos duráveis e de fácil manutenção, associada a uma gestão eficiente dos recursos, permitirá uma economia a longo prazo. A redução de custos com reparos frequentes e a prolongação da vida útil dos instrumentos são resultados esperados, contribuindo para a sustentabilidade financeira da escola. Além disso, a compra de instrumentos fabricados com materiais sustentáveis reflete o compromisso da administração com a responsabilidade ambiental.

6. Impacto Cultural e Social na Comunidade

A melhoria na infraestrutura da Escola Municipal de Música Villa-Lobos terá um impacto positivo não só na comunidade escolar, mas também em toda a cidade de Cosmópolis. A escola se tornará um centro de

referência em educação musical, promovendo a cultura e oferecendo oportunidades para que crianças e jovens desenvolvam seus talentos. O impacto social esperado inclui a inclusão cultural, a redução de vulnerabilidades sociais e o fortalecimento do senso de comunidade.

14. Providências Prévias ao Contrato: Art. 18, § 1º. Inc X da Lei 14.133/2021

Para a realização dessa contratação a Secretaria de Educação se compromete a alinhar junto a direção a realização do serviço contratado em até 30 dias da assinatura do Contrato.

15. Contratações correlatas / interdependentes: Art. 18, § 1º. Inc XI da Lei 14.133/2021

A aquisição de instrumentos musicais para a Escola Municipal Heitor Villa-Lobos requer a consideração de várias contratações correlatas e interdependentes para assegurar a efetividade do investimento. A integração dessas contratações em um planejamento coordenado é essencial para o sucesso do projeto, garantindo que os instrumentos possam ser utilizados plenamente e que os alunos recebam uma educação musical de qualidade.

16. Impactos Ambientais, Sociais e Econômicos: Art. 18, § 1º. Inc XII da Lei 14.133/2021

Este documento tem por objetivo avaliar os impactos ambientais, sociais e econômicos relacionados à aquisição de instrumentos musicais para a Escola Municipal Heitor Villa-Lobos, conforme disposto no Art. 18, § 1º, Inc. XII da Lei 14.133/2021. O objetivo da aquisição é aprimorar o ensino musical, incentivando a prática e a apreciação da música entre os estudantes.

17. Impactos Ambientais

A aquisição de instrumentos musicais pode ter os seguintes impactos ambientais:

- **Consumo de Materiais Naturais:** A fabricação de instrumentos musicais envolve o uso de diversos materiais, como madeiras (por exemplo, ébano, jacarandá), metais e plásticos. A extração e processamento desses materiais podem contribuir para o desmatamento, degradação ambiental e poluição.
- **Emissão de Carbono:** A produção e transporte dos instrumentos musicais geram emissões de carbono, contribuindo para o efeito estufa. Empresas que adotam práticas sustentáveis podem minimizar esse impacto, por exemplo, utilizando madeira certificada e processos de fabricação ecoeficientes.
- **Gerenciamento de Resíduos:** Após o fim da vida útil dos instrumentos, a disposição inadequada pode gerar resíduos perigosos. É importante prever o descarte correto e, se possível, a reciclagem dos materiais.

17.1. Medidas Mitigadoras: Priorizar a aquisição de instrumentos de fornecedores que utilizam práticas sustentáveis, como o uso de materiais reciclados, certificação de origem das madeiras e políticas de compensação de carbono.

17.2. Impactos Sociais

Os impactos sociais incluem:

- **Inclusão Social e Educação:** A disponibilização de instrumentos musicais contribuirá para o desenvolvimento cultural e social dos alunos. O acesso à educação musical pode promover a inclusão social, especialmente em comunidades de baixa renda, além de desenvolver habilidades como disciplina, trabalho em equipe e criatividade.
- **Valorização da Cultura Local:** A música é um elemento cultural importante. Incentivar o ensino musical valoriza a cultura local e promove a preservação das tradições musicais.
- **Geração de Empregos:** A aquisição pode fomentar o emprego em fabricantes de instrumentos e em profissionais de música, além de incentivar eventos e apresentações que gerem oportunidades para músicos locais.

Medidas Positivas: Assegurar que os instrumentos adquiridos sejam acessíveis a todos os alunos e promover atividades que integrem a comunidade no uso dos mesmos.

17.3. Impactos Econômicos

Os impactos econômicos incluem:

- **Investimento na Educação:** A aquisição de instrumentos musicais é um investimento na educação, com efeitos positivos a longo prazo no desenvolvimento dos alunos, aumentando suas oportunidades de carreira e melhorando o desempenho escolar em outras disciplinas.
- **Fomento à Economia Local:** A compra de instrumentos pode incentivar a economia local, especialmente se forem adquiridos de fabricantes ou revendedores regionais, contribuindo para o desenvolvimento econômico da comunidade.
- **Custo-Benefício:** Considerar o custo inicial de aquisição dos instrumentos em comparação com os benefícios econômicos e sociais que serão gerados a longo prazo, como a formação de músicos profissionais e o fortalecimento da cultura local.

A aquisição de instrumentos musicais para a Escola Municipal Heitor Villa-Lobos apresenta impactos ambientais, sociais e econômicos significativos. Embora existam desafios ambientais relacionados à produção e descarte, os benefícios sociais e econômicos associados à educação musical e ao desenvolvimento cultural da comunidade são consideráveis. Recomenda-se a adoção de práticas sustentáveis na aquisição e o desenvolvimento de programas que maximizem os impactos sociais positivos.

17.4. Impactos Ambientais:

- **Consumo de Energia:**
 - O sistema de segurança, incluindo câmeras, DVR e outros componentes eletrônicos, resultará em um aumento no consumo de energia elétrica. É importante selecionar equipamentos com eficiência energética para minimizar esse impacto.
- **Gestão de Resíduos Eletrônicos:**
 - A instalação e a manutenção do sistema podem gerar resíduos eletrônicos, como embalagens, cabos e componentes eletrônicos defeituosos. É crucial que a empresa contratada siga práticas de descarte e reciclagem adequadas, conforme a legislação ambiental vigente.
- **Instalação e Infraestrutura:**
 - A instalação dos equipamentos pode necessitar de pequenas intervenções na infraestrutura da escola, como a perfuração de paredes para passagem de cabos. Essas intervenções devem ser realizadas de forma a minimizar danos e impactos ambientais.

17.5. Impactos Sociais:

- **Segurança e Bem-Estar:**
 - A implementação do sistema de segurança trará um impacto positivo significativo na segurança e bem-estar dos alunos, professores e funcionários da escola. A presença de câmeras e monitoramento constante contribuirá para a redução de incidentes e comportamentos inadequados.
- **Ambiente Educacional:**
 - A percepção de um ambiente escolar mais seguro pode melhorar o clima escolar, contribuindo para um ambiente mais propício ao aprendizado e ao desenvolvimento dos alunos.
- **Empregabilidade e Capacitação:**
 - A contratação da empresa especializada pode gerar empregos diretos e indiretos. Além disso, o treinamento oferecido à equipe da escola para operar o sistema de segurança representará uma oportunidade de capacitação e desenvolvimento profissional.

17.6. Impactos Econômicos:

- **Investimento Inicial:**
 - A instalação do sistema de segurança representa um investimento inicial significativo. No entanto, esse investimento deve ser visto como uma medida preventiva que pode resultar em economia a longo prazo, reduzindo custos associados a danos patrimoniais, furtos e vandalismo.
- **Manutenção e Operação:**
 - O custo de manutenção e operação do sistema deve ser considerado no planejamento orçamentário. É importante assegurar que a escola disponha dos recursos necessários para a manutenção contínua dos equipamentos.
- **Valor Patrimonial:**
 - A implementação de um sistema de segurança robusto pode valorizar o patrimônio da escola, protegendo seus bens e infraestrutura, e podendo influenciar positivamente na avaliação da instituição por parte da comunidade e de futuros investimentos.

18. Viabilidade da Contratação: Art. 18, § 1º. Inc XIII da Lei 14.133/2021

Com base na análise técnica, financeira, operacional e estratégica, conclui-se que a contratação para a aquisição de instrumentos musicais para a Escola Municipal Heitor Villa-Lobos é viável e recomendada. A implementação deste projeto terá um impacto positivo significativo no processo educacional, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para o fortalecimento da cultura local.

19. AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

a) **Isabel Cristina da Silva – Gestor** - Secretária de Educação - CPF: 272.732.648-30

b) **Rafael Belling Rocha –(Fiscal)** - Coordenador de Música - CPF 108.559.647-82

20. ANÁLISE DE RISCO:

Riscos – Fase de Planejamento

RISCO 1:		PLANEJAMENTO DEFICIENTE
PROBALIDADE	BAIXA	DANO POTENCIAL
		Prejuízo ao atendimento das demandas na Secretaria de Educação
Ação Preventiva		Responsável
Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades do órgão		Secretaria de Educação
Área de Contingência		Responsável
Revisão de quantitativos		Secretaria de Educação

Riscos – Fase de Licitação

RISCO 2:		Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato
PROBALIDADE	BAIXA	DANO POTENCIAL
		Prejuízo ao atendimento das necessidades de troca de material desgastado
Ação Preventiva		Responsável
Avaliação da capacidade técnica operacional da empresa		Setor de Compras e Licitações
Área de Contingência		Responsável
Recessão contratual e reinício do processo licitatório		Setor de Compras e Licitações

Riscos- Gestão do Contrato

RISCO 3:	Execução do objeto da aquisição em desacordo com o acordado	
PROBALIDADE	BAIXA	DANO POTENCIAL
		Prejuízo de erário
Ação Preventiva	Responsável	
Elaboração do Termo de referência e especificações técnicas adequadas	Setor de Compras e Licitações	
Área de Contingência	Responsável	
Recessão contratual e reinício do processo licitatório	Setor de Compras e Licitações	
Sanções e penalidades previstas no Contrato	Jurídico	

ANEXO II- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

TERMO DE REFERÊNCIA)

1. Introdução

O presente Termo de Referência tem como objetivo estabelecer as especificações técnicas e as condições para a aquisição de instrumentos musicais destinados à Escola Municipal de Música Heitor Villa-Lobos, visando a melhoria da qualidade do ensino e a ampliação do acervo de instrumentos da instituição.

2. Justificativa

Justifica – se a aquisição de instrumentos musicais para a Escola Municipal de Música Heitor Villa-Lobos. Considerando:

- 1) Que a última compra de instrumentos musicais feita para o então Projeto Villa-Musical aconteceu no ano de 2016, e que, desde então, pouquíssimos materiais foram reparados ou substituídos;
- 2) Que, em função da falta de manutenção e da carência de materiais para trabalho a grande maioria dos instrumentos musicais que pertencem a escola estão em processo de deterioração ou grave processo de deterioração;
- 3) Que a Escola de Música atende centenas de alunos de diferentes partes da cidade em mais de 20 modalidade diferentes e que, portanto, precisa oferecer uma estrutura mínima para as aulas;
- 4) Que, conforme determina o Art. 6 da Lei N. 4.428 de fevereiro de 2024, o Poder executivo deve consignar em seu orçamento verbas destinadas para a garantia das atividades da Escola Municipal de Música;
- 5) Que no ano de 2024 a Villa-Musical completa 15 anos de aniversário, com presença ativa na Educação e Cultura do município de Cosmópolis

3. Objeto

Aquisição de Instrumentos Musicais para a Escola municipal de música VILLA LOBOS

4. Especificações Técnicas:

ITEM	Qtde.	DESCRIÇÃO
01	04	Suporte teclado tipo torre para piano; Suporte tipo <i>Stay torre</i> de alumínio com uma base. 01 base reta + 01 par de braços/longarinas + 3 pés + bag para transporte. Altura de 1200 mm com capacidade para piano digital de 88 teclas e 120 kg de cor cinza/prata ou preto com capacidade para 1 piano.
02	06	Bag para piano digital de 88 teclas, em tecido e acolchoado.
03	02	Piano digital preto com 88 teclas + fonte +Pedal. Piano com as seguintes especificações: entrada DC 12 V, 1 X Headphones Standerd, alto-falantes de 12 cm X 8 cm, consumo de energia 6 W, com dimensões de 132,6 X 26,8 cm e peso de 11,1 kg.
04	02	Violoncelo de madeira maciça (Solid Spruce) + BAG + ARCO + BREU. Tamanho $\frac{3}{4}$.
05	02	Violoncelo de madeira maciça (Solid Spruce) + BAG + ARCO + BREU. Tamanho 4/4.
06	02	Violoncelo infantil de madeira ou similar (Solid Spruce) + bag + arco + breu. Tamanho $\frac{1}{2}$.
07	01	Viola Clássica; Viola de arco de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante. 38 cm.
08	04	Violino $\frac{3}{4}$; de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.
09	04	Violino 4/4; de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete,

		acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.
10	06	Violino ½; de madeira maciça ou similar com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.
11	06	Violino ¼; de madeira maciça ou similar com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.
12	50	Jogo com 4 cordas (encordoamento para Violino) (MI, Lá, Ré, Sol) com aço alemão e núcleo sintético com acabamento de bolinha, tubo ou laço.
13	10	Jogo (encordoamento para Violoncelo); com 4 cordas, tensão média, calibre 0.68mm.
14	02	Jogo (encordoamento) para Contrabaixo Acústico; com 4 cordas, tensão média, com núcleo em aço.
15	02	Jogo com 7 bags para bateria; com capacidade de proteção para tons, caixa, surdo, bumbo, pratos e ferragem. Bag impermeável, resistente em cor cinza ou preta.
16	03	Caixa de som portátil estilo mãos-livres (portátil) de 35 centímetros, com alto-falando Tweeter, com potência de 100W. Com conexão Bluetooth e bateria recarregável.
17	02	Flauta Transversal com acabamento banhado a prata com pé e dó 16 chaves, em metal. Chaves em estilo francês com os seguintes acessórios: estojo, saco, produtos de cuidado e vara de limpeza.
18	01	Saxofone alto em Mib, dourado com acabamento laqueado, em material latão, com braçadeiras em metal com 70cm X 25 cm (altura x largura), campana removível, sib. grave articulado, chave de fa# agudo + bag protetor.
19	01	Saxofone Tenor em Bb, dourado com acabamento dourado com chaves niqueladas e ônix, em material latão, com braçadeiras em metal, apoio de polegar regulável, parafusos em aço inox, sib. grave articulado, chave de fa# agudo + bag protetor.
20	01	Fagote em madeira bordô, com chaves banhadas a prata com afinação Dó, sistema alemão, com 23 chaves e recursos de ré e mi agudos + bag protetor.
21	02	Clarinete em Si bemol com 17 chaves Niqueladas e 6 anéis. Apoio de polegar ajustável, em cor Matte Resina ABS com dimensões e barrilete de 65mm + boquilha + estojo protetor.
22	10	Caixa de Palhetas para Sax Tenor N. 3 em cana/bambu modelo Java.
23	10	Caixa de Palhetas para Sax Alto N. 3 em cana/bambu modelo Java.
24	10	Caixa de Palheta para Clarinete N. 3 em cana/bambu modelo Java Clarinete.
25	120	Pasta Catálogo A4 para Partitura em cor preta com capa dura e capacidade de 40 bolsos.
26	02	Trompa dourada afinação Fa/Bb; em Fa/Si Bemol com protetor de mão em couro, com acabamento laqueado, calibre de 12 mm, campana de 310 mm e rotores de 4 válvulas + boquilha + bag protetor.
27	02	Guitarra elétrica com 6 cordas e 22 trastes. Incluindo microfone humbucker, controle de chave seletora e captadores. Em madeira e com ponte fixa.
28	06	Violão elétrico em madeira com cordas em Nylon com 6 cordas de tampo spruce com corpo e braço em Tonewood e a escala em Rosewood, com tarraxas blindadas, tipo Folk + Bag protetor.
29	06	Violão elétrico com cordas de nylon em madeira mogno ou louro-preto. Braço de cedro, com tensor escala purple heart, com 6 cordas, 1 saída conectora e 20 trastes com cromo níquel + Bag protetor.
30	06	Guitalelê destro, corda de NYLON e escala de 433 mm (17 pol). Com altura de 7 cm, comprimento de 69.8cm, Largura de 22.9 cm. Acústico com acabamento fosco, 6 cordas + Bag protetor.
31	42	Jogo de Corda (encordamento) para violoncelo; Cordas de nylon de tensão média, calibre 0,68mm, com som brilhante.
32	20	Jogo de corda (encordamento) para Violão Aço; Cordas de Aço de tensão média com som brilhante - Contrabaixo
33	10	Xilofone tipo Orff Soprano (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes dimensões: 60 x 23,5 x 12cm (altura, largura e profundidade).
34	06	Xilofone tipo Orff Contralto (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes

		dimensões: 64,5 x 31 x 21 cm (altura, largura e profundidade).
35	15	Caxixi com dimensões 13 x 7 cm (altu X largura).
36	15	Campanela com Guizzo com haste de madeira com 21 guizos reforçados. Comprimento total de 26 cm, largura de 6.5 cm.
37	80	Estante de Partitura para Maestro de metal para regente com tripé com regulagem de altura com medidas 40x47 cm. Altura máxima 130cm e mínima 56cm. cor preta.
38	02	Teclado portátil estilo piano de 61 teclas com as seguintes dimensões: 1.052 x 260 x 104 mm com FONTE + Pedal + bag protetor
39	02	Xilofone tipo Orff Baixo (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes dimensões: 87,6 x 41,5 x 41 cm (altura, largura e profundidade).

5. Condições de Fornecimento

- **Prazo de Entrega:** Os instrumentos deverão ser entregues em até 50 (cinquenta) dias corridos após a assinatura do contrato.
- **Local de Entrega:** Escola Municipal de Música Heitor Villa-Lobos, na rua Dr Moacir do Amaral 15 B, Bela Vista, Cosmópolis/SP – CEP: 13152-084 – fone: (19) 3812-1534, e-mail musica.cosmopolis@gmail.com
- **Garantia:** Mínimo de 12 meses de garantia para cada instrumento.
- **Assistência Técnica:** A empresa fornecedora deverá oferecer suporte técnico e manutenção durante o período de garantia.

6. Critérios de Aceitação

Os instrumentos serão inspecionados no momento da entrega, e a aceitação estará condicionada ao atendimento integral das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Qualquer divergência ou defeito constatado será motivo de recusa e substituição do produto.

7. Condições de Pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega da nota fiscal e aceitação dos instrumentos, conforme as condições estabelecidas no contrato de fornecimento.

8. Disposições Gerais

Este Termo de Referência será parte integrante do processo de aquisição e deverá ser rigorosamente seguido por todas as partes envolvidas.

9. Obrigações da Contratada

- Fornecer instrumentos conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

10. Fiscalização

Fiscal do Contrato: RAFAEL BELING ROCHA - Cargo: Coordenador

Gestor do Contrato: Isabel Cristina da Silva - Cargo: Secretária de Educação

ANEXO III – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ nº _____ Inscrição Estadual nº _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução, objetivando a _____.

Item	Qtde.	Unid.	Descrição/Especificação	Fabricante, Marca e Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	04	Unid.	Suporte teclado tipo torre para piano; Suporte tipo <i>Stay torre</i> de alumínio com uma base. 01 base reta + 01 par de braços/longarinas + 3 pés + bag para transporte. Altura de 1200 mm com capacidade para piano digital de 88 teclas e 120 kg de cor cinza/prata ou preto com capacidade para 1 piano.			
02	06	Unid.	Bag para piano digital de 88 teclas, em tecido e acolchoado.			
03	02	Unid.	Piano digital preto com 88 teclas + fonte + Pedal. Piano com as seguintes especificações: entrada DC 12 V, 1 X Headfones Stander, alto-falantes de 12 cm X 8 cm, consumo de energia 6 W, com dimensões de 132,6 X 26,8 cm e peso de 11,1 kg.			
04	02	Unid.	Violoncelo de madeira maciça (Solid Spruce) + BAG + ARCO + BREU. Tamanho $\frac{3}{4}$.			
05	02	Unid.	Violoncelo de madeira maciça (Solid Spruce) + BAG + ARCO + BREU. Tamanho $\frac{4}{4}$.			
06	02	Unid.	Violoncelo infantil de madeira ou similar (Solid Spruce) + bag + arco + breu. Tamanho $\frac{1}{2}$.			
07	01	Unid.	Viola Clássica; Viola de arco de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante. 38 cm.			
08	04	Unid.	Violino $\frac{3}{4}$; de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.			

09	04	Unid.	Violino 4/4; de madeira maciça com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.			
10	06	Unid.	Violino ½; de madeira maciça ou similar com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.			
11	06	Unid.	Violino ¼; de madeira maciça ou similar com kit case, arco, breu, espaleira e cavalete, acabamento com verniz brilhante, com espelho de ébano.			
12	50	Unid.	Jogo com 4 cordas (encordoamento para Violino) (MI, Lá, Ré, Sol) com aço alemão e núcleo sintético com acabamento de bolinha, tubo ou laço.			
13	10	Unid.	Jogo (encordoamento para Violoncelo); com 4 cordas, tensão média, calibre 0.68mm.			
14	02	Unid.	Jogo (encordoamento) para Contrabaixo Acústico; com 4 cordas, tensão média, com núcleo em aço.			
15	02	Unid.	Jogo com 7 bags para bateria; com capacidade de proteção para tons, caixa, surdo, bumbo, pratos e ferragem. Bag impermeável, resistente em cor cinza ou preta.			
16	03	Unid.	Caixa de som portátil estilo mãos-livres (portátil) de 35 centímetros, com alto-falando Tweeter, com potência de 100W. Com conexão Bluetooth e bateria recarregável.			
17	02	Unid.	Flauta Transversal com acabamento banhado a prata com pé e dó 16 chaves, em metal. Chaves em estilo francês com os seguintes acessórios: estojo, saco, produtos de cuidado e vara de limpeza.			
18	01	Unid.	Saxofone alto em Mib, dourado com acabamento laqueado, em material latão, com braçadeiras em metal com 70cm X 25 cm (altura x largura), campana removível, sib. grave articulado, chave de fa# agudo + bag protetor.			
19	01	Unid.	Saxofone Tenor em Bb, dourado com acabamento dourado com chaves niqueladas e ônix, em material latão, com braçadeiras em metal, apoio de polegar regulável, parafusos em aço inox, sib. grave articulado, chave de fa# agudo + bag protetor.			
20	01	Unid.	Fagote em madeira bordô, com chaves banhadas a prata com afinação Dó, sistema alemão, com 23 chaves e recursos de ré e mi agudos + bag protetor.			

21	02	Unid.	Clarinete em Si bemol com 17 chaves Niqueladas e 6 anéis. Apoio de polegar ajustável, em cor Matte Resina ABS com dimensões e barrilete de 65mm + boquilha + estojo protetor.			
22	10	Unid.	Caixa de Palhetas para Sax Tenor N. 3 em cana/bambu modelo Java.			
23	10	Unid.	Caixa de Palhetas para Sax Alto N. 3 em cana/bambu modelo Java.			
24	10	Unid.	Caixa de Palheta para Clarinete N. 3 em cana/bambu modelo Java Clarinete.			
25	120	Unid.	Pasta Catálogo A4 para Partitura em cor preta com capa dura e capacidade de 40 bolsos.			
26	02	Unid.	Trompa dourada afinação Fa/Bb; em Fa/Si Bemol com protetor de mão em couro, com acabamento laqueado, calibre de 12 mm, campana de 310 mm e rotores de 4 válvulas + boquilha + bag protetor.			
27	02	Unid.	Guitarra elétrica com 6 cordas e 22 trastes. Incluindo microfone humbucker, controle de chave seletora e captadores. Em madeira e com ponte fixa.			
28	06	Unid.	Violão elétrico em madeira com cordas em Nylon com 6 cordas de tampo spruce com corpo e braço em Tonewood e a escala em Rosewood, com tarraxas blindadas, tipo Folk + Bag protetor.			
29	06	Unid.	Violão elétrico com cordas de nylon em madeira mogno ou louro-preto. Braço de cedro, com tensor escala purple heart, com 6 cordas, 1 saída conectora e 20 trastes com cromo níquel + Bag protetor.			
30	06	Unid.	Guitalelê destro, corda de NYLON e escala de 433 mm (17 pol). Com altura de 7 cm, comprimento de 69.8cm, Largura de 22.9 cm. Acústico com acabamento fosco, 6 cordas + Bag protetor.			
31	42	Unid.	Jogo de Corda (encordamento) para violoncelo; Cordas de nylon de tensão média, calibre 0,68mm, com som brilhante.			
32	20	Unid.	Jogo de corda (encordamento) para Violão Aço; Cordas de Aço de tensão média com som brilhante - Contrabaixo			
33	10	Unid.	Xilofone tipo Orff Soprano (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes dimensões: 60 x 23,5 x 12cm (altura, largura e profundidade).			

34	06	Unid.	Xilofone tipo Orff Contralto (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes dimensões: 64,5 x 31 x 21 cm (altura, largura e profundidade).			
35	15	Unid.	Caxixi com dimensões 13 x 7 cm (altu X largura).			
36	15	Unid.	Campanela com Guizzo com haste de madeira com 21 guizos reforçados. Comprimento total de 26 cm, largura de 6.5 cm.			
37	80	Unid.	Estante de Partitura para Maestro de metal para regente com tripé com regulagem de altura com medidas 40x47 cm. Altura máxima 130cm e mínima 56cm. cor preta.			
38	02	Unid.	Teclado portátil estilo piano de 61 teclas com as seguintes dimensões: 1.052 x 260 x 104 mm com FONTE + Pedal + bag protetor			
39	02	Unid.	Xilofone tipo Orff Baixo (com 13 teclas), de madeira com baqueta com as seguintes dimensões: 87,6 x 41,5 x 41 cm (altura, largura e profundidade).			
Valor Total R\$......(....)						

VALOR GLOBAL R\$ 0,00 (reais).

Prazo de validade da proposta: (mínimo 60 dias)

Prazo de garantia do objeto: (mínimo 12 meses)

Declarações: Declaramos que nos preços propostos estão inclusos além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e entre outros conforme [Sumula 10 do TCE](#)

Declaramos que os itens ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência **(ANEXO II)** deste Edital.

Praça de pagamento: Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____, município: _____.

Nome do responsável pela assinatura do Contrato: _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, Data Nascimento _____, Nacionalidade: _____, Estado Civil: _____, Endereço Eletrônico Pessoal: _____, Endereço Eletrônico Institucional: _____, Cargo/Função: _____, Telefone Pessoal: _____, Telefone: _____, Endereço residencial: _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

Local/UF, em _____ de _____ 2024.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente (PROPOSTA READEQUADA, após a fase de lances).

OBS: No portal deverá somente preencher valores sem dados da empresa para não se identificar, sujeito a desclassificação.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO 8.119/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e
Inscrição Estadual nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a)
_____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,
DECLARA para fins que, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21, cumpre plenamente os
requisitos de habilitação para o **PREGÃO ELETRÔNICO** supracitado, **de acordo com a necessidade da
Prefeitura durante toda a vigência Contratual**, conforme descrição constante dos Anexos do edital.

Local/UF, em _____ de _____ 2024.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

ANEXO V – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e
Inscrição Estadual nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a)
_____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,
DECLARA para fins, em atenção ao [inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021](#), sob as
penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII](#).

Local/UF, em _____ de _____ 2024.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.



ANEXO VI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), com CNPJ nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____ é:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

, nos termos do enquadramento previsto nos § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, cujos termos DECLARO conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório deste **Pregão Eletrônico**, realizado pela Prefeitura do Município de Cosmópolis.

DECLARO, ainda, que atendo plenamente aos requisitos previstos nos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21.

Local/UF, em _____ de _____ 2024.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

ANEXO VII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e
Inscrição Estadual nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a)
_____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,

DECLARA para fins do disposto no inciso [IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local/UF, em _____ de _____ 2024.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

ANEXO VIII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e
Inscrição Estadual nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a)
_____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,

DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme [disposto §1º, artigo 63, Lei Federal nº 14.133/21](#).

Local/UF, em _____ de _____ 2024.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

ANEXO IX – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e
Inscrição Estadual nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a)
_____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,
DECLARA a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na
proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada
em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa.

Local/UF, em _____ de _____ 2024.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

ANEXO X- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024

O **MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS**, com Paço na Rua Dr. Campos Sales, nº398, Centro – Cosmópolis/SP, inscrita no **CNPJ/MF nº. 44.730.331/0001-52** neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. Antônio Cláudio Felisbino Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº, e inscrito no CPF/MF sob nº, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, a Rua/Av. _____, nº. ____ – Bairro: _____, CEP: _____, no Município de _____, Estado de _____, **Inscrição Estadual nº _____**, e-mail _____ e fone: _____, representada neste ato por seu (ua) Procurador (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado à Rua _____ - Bairro: _____, CEP.: _____, no Município de _____, Estado de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, para celebrar o presente instrumento, resultado do certame na Modalidade **Pregão Eletrônico nº ____/2024**, do tipo “**MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**” - “**MODO ABERTO**”, com vínculos nos termos dos [arts 89 a 95 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações e do Decreto Municipal nº 6.145, de 19 de Janeiro de 2024, devidamente HOMOLOGADA pelo Exmo. Prefeito Municipal, observadas as condições do Edital e mediante as cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O Contrato tem por objeto a **Aquisição de Instrumentos Musicais para a Escola Municipal de Música do Município de Cosmópolis**, tudo em conformidade as exigências constantes no Edital e seus anexos, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

1.1. O valor total da presente contratação é de **R\$ 0,00 (real)**, conforme quantidades e especificações abaixo mencionados:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL R\$(.....)					

2.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**

2.3. A **CONTRATADA** está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, observado o limite legal, quando determinadas pela Contratante em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA

3.1. Não será exigida a prestação de garantia, para assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, após a assinatura,

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. Os preços são fixos sem reajustes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante o CONTRATANTE pela fiel e integral prestação do objeto;
- b) Garantir total qualidade na prestação do objeto;
- c) Executar com perfeição todos o objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência e os anexos do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- d) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto;
- e) Responsabilizar-se integralmente pelos objetos, nos termos da legislação vigente;
- f) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, ao CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- g) Manter, durante o prazo de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste CONTRATO e das disposições legais que a regem;
- b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do objeto;
- d) Exercer a fiscalização do objeto supracitado, indicando, o gestor e o fiscal, sendo respectivamente, Sr(a). _____, cargo, e o Sr(a). _____, cargo, para acompanhamento da execução;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas no certame;
- i) Atestar a prestação do objeto e a qualidade do objeto prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

7.2. A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas deste contrato.

7.3. O CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria da prestação do objeto e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas neste contrato no edital e seus Anexos.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

8.1. A execução do objeto será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

8.2. A entrega dos objetos deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela Fiscalização, Gestor e Secretário(a) da Pasta, pelo CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Décima.

8.3. O recebimento e aceite do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital, verificadas posteriormente.

8.4. A entrega do objeto será feita no prazo de ...(...) a partir da ordem de fornecimento, no endereço ... serão de Segunda-Feira a Sexta-Feira, exceto feriados e ponto facultativo das ... : ...h às ... : ...h.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

9.1. O(s) item(ns) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com o presente contrato pactuado, podendo, o CONTRATANTE, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da CONTRATADA.

9.2. Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização.

9.3. Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de até 03 (três) dias, inclusive, após o recebimento provisório, o CONTRATANTE não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.

9.4. O uso pelo CONTRATANTE de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará o CONTRATANTE das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.

9.5. A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupções tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

9.6. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da CONTRATADA pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar ao CONTRATANTE, tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta de que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

9.7. O CONTRATANTE se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e dar outras providências para perfeita execução do presente contrato, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora e gestora do Município.

9.8. O recebimento pelo CONTRATANTE, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPATIBILIDADE DE HABILITAÇÃO

10.1. Juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, a CONTRATADA é obrigada a apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista com conforme previsto no Edital que precedeu este ajuste, para comprovar sua regularidade durante a execução deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes correrão por conta das Dotações Orçamentárias dos Elementos relativos ao exercício de 2024, a saber:

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei

Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante a prestação do objeto, conforme Clausula Nona supracitada e o atestado de recebimento e aprovação do objeto pelo fiscal, gestor e Secretário(a) da pasta.

12.1.1. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

12.1.2. No documento fiscal/fatura deverá constar número do Processo Administrativo, número do Pregão e número do Contrato, sob pena da devolução do documento, que após será encaminhado à Secretaria Responsável, que, após processá-lo, procederá ao pagamento da mesma.

12.1.3. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

12.1.4. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

12.2. Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades assumidas.

12.3. Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

12.5. Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislação pertinente vigente.

12.6. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação do objeto.

12.7. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

12.8. O CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

12.9. A Fiscalização e Gestão do CONTRATANTE somente atestará a prestação do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

12.10. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, esta terá direito à correção monetária *pró-rata die*, pelo índice IPCA (IBGE), entre a data da exigibilidade do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, desde que requerido administrativamente pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias corridos do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

13.2. Os preços propostos somente poderão sofrer reequilíbrio mediante a apresentação pela CONTRATADA de planilha de custos e demais documentações que comprovem a necessidade do respectivo ajuste, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante prévia autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em partes, o objeto do presente

contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA RESERVA DE CARGOS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.

15.1. É de obrigação da CONTRATADA em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/21, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE se obriga, nos termos do artigo 94 da Lei nº 14.133/21, a realizar a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), visto tratar-se de condição indispensável para a eficácia do presente e se seus aditamentos, que deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

16.1.1. 20 (dez) dias úteis, no caso de licitação;

16.2. A publicação do extrato deste instrumento, no Semanário Eletrônico do Município correrão por conta do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

17.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e das demais normas complementares aplicáveis a espécie.

17.2. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.3.1. A extinção mencionada nesta cláusula poderá ocorrer apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá se dar em prazo inferior a 02 (dois) meses, contado da referida data.

17.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

17.5. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da CONTRATADA ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

17.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21 a CONTRATADA que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do Contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o presente contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura do Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante

a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do presente contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

18.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, o CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar, mediante a instauração do devido processo administrativo, as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/21:

a) Advertência;

b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do contrato ou saldo não atendido do Contrato;

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NAS ALÍNEAS “B” E “C” DO ITEM 18.2 OBSERVARÁ OS SEGUINTE PARÂMETROS:

18.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso na prestação do objeto, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de prestação em atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.3.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso na prestação do objeto por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

18.3.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

18.3.4. 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato (se o caso).

18.3.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.4. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo instaurado, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, observadas as demais formalidades legais.

18.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 18.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

18.7. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 18.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.8. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante

requerimento expresso nesse sentido.

18.9. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia (se o caso), que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

18.10. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. A aplicação das sanções estabelecidas é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

19.1. As partes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846/13 e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

- a) Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) – Decreto nº 3.678/00;
- b) Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) – Decreto nº 4.410/02;
- c) Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) – Decreto nº 5.687/06.

19.2. A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/13;

19.3. A CONTRATADA se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/13;

19.4. O CONTRATANTE, no desempenho das atividades objeto deste instrumento, compromete-se a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos no art. 5º Lei Federal nº 12.846/13.

19.5. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do CONTRATANTE, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto Federal nº 11.129/22, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos art. 18 e 19 da Lei Federal nº 12.846/13.

19.6. A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

19.7. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ela não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste

CONTRATO poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

20.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente Contratos, serão dirigidos ao CONTRATANTE.

20.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas neste instrumento em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

20.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste CONTRATO indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

20.5. A CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

21.1. Fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- a) Edital e anexos;
- b) Proposta de Preço;
- c) Termo de Ciência e Notificação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. Para quaisquer questões, dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do presente contrato, as partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Cosmópolis/SP, para dirimir as questões da interpretação deste ajuste, e renunciam a outros por mais privilegiados que sejam.

22.2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Cosmópolis/SP, em de de 2024

Sr.
Prefeito Municipal

Sr. (a)
Razão Social:

Sr.(a)
Gestor (a) do Contrato

Sr. (a) Fiscal do Contrato

Testemunhas:

1) _____
Nome Completo:

2) _____
Nome Completo:



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Telefone: (19) PABX 3812-8000 / 3812-9860

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.119/2024

ANEXO XI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cosmópolis

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Objeto: **Aquisição de Instrumentos Musicais para a Escola Municipal de Música do Município de Cosmópolis.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial da União, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pelo contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:-

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo Contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Pelo Contratante: (Gestor (a) do Contrato)

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Pelo Contratante: (Fiscal do Contrato)

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Pela Contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Cosmópolis/SP, em de de

Nome

Cargo

Prefeitura Municipal de Cosmópolis

Nome

Cargo

Prefeitura Municipal de Cosmópolis

Nome

Cargo

Prefeitura Municipal de Cosmópolis

Nome

Cargo

Empresa